

ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA PÚBLICA: SOBRE DIFERENÇAS E DIFERENÇAS

Sabrina Trica Rocha
Valdelúcia Alves da Costa
PPMIE, Eixo Temático 2: Didática, Formação e Profissão Docente

Ao longo da história civilizatória as pessoas com deficiência foram submetidas a diferentes práticas de exclusão e sendo impedidas de participar das instâncias sociais, como a educacional, social, cultural, política, desportiva, familiar, dentre outras. Do processo educacional formal e sistematizado, ou seja, escolar, as pessoas com deficiência foram excluídas por serem consideradas incapazes de acompanhar as turmas junto com as ditas “normais” e, por isso, segregadas em instituições especializadas.

O tema central desta pesquisa é, sobretudo, a formação de professores para atuar nas escolas em classes onde tenham alunos com e sem deficiência estudando juntos. Pensar sobre a formação é, sem dúvida, pensar sobre a educação. No entanto, precisamos discutir sobre a escola que temos, que é segregadora, e sobre a escola que queremos, a escola democrática. Esta escola que vem sendo defendida por muitos movimentos sociais, sociedade civil e integrantes das instituições públicas é uma escola que deve acolher todos os indivíduos e que coloca em questão tanto a educação especial, quanto a educação regular, nos impelindo para um movimento de repensarmos a concepção de educação que queremos.

Esta pesquisa teve como objetivos: caracterizar o processo de inclusão dos alunos com deficiência em uma escola municipal do Rio de Janeiro, considerando as relações entre alunos e professores, como esses profissionais compreendem e lidam com as diferenças dos alunos; e analisar a implementação das Políticas Públicas de inclusão, sobretudo a legislação vigente no que tange a formação dos professores e os processos sócio-históricos nos quais se inserem¹.

No Brasil a educação especial foi institucionalizada durante a década de 70, sobretudo, devido à criação do CENESP (Centro Nacional de Educação Especial) que tinha por finalidade promover no território nacional a expansão e melhoria do atendimento educacional aos “excepcionais”. Entretanto, o atendimento as pessoas com deficiência, desde sua origem, em países da Europa, esteve pautado por um modelo médico, calcado nas causas da deficiência e na presença de profissionais da saúde nas escolas. Conforme esse modelo, o

¹ No século XIX, segundo Mazzotta (2005), influenciados pelas experiências externas, começaram a ser organizados no Brasil atendimentos educacionais às pessoas com deficiência. Tais atendimentos se caracterizaram, durante um século, por medidas isoladas e particulares. Apenas em meados do século XX, com a criação de Campanhas no território brasileiro, é que o atendimento educacional as pessoas com deficiência começou a se consolidar em âmbito nacional.

aluno com deficiência deveria receber tratamento clínico, com intuito último de cura em detrimento do atendimento pedagógico.

A partir das décadas de 80 e 90 as críticas a esse modelo começaram a se intensificar nos debates, nas discussões e na agenda política, tendo como questão central, sobretudo, a importância de se consolidar uma educação inclusiva. Dois marcos foram fundamentais para a emergência, em âmbito internacional, da discussão e para a consolidação da implementação de políticas públicas: a *Conferência Mundial sobre Educação para Todos*, realizada em 1990, em Jomtien na Tailândia; e a *Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais*, realizada em 1994, em Salamanca, na Espanha². Desde então, os movimentos em prol da inclusão ganharam força e visibilidade internacional³.

Discutir a formação dos professores é fundamental para o processo de inclusão escolar dos alunos com deficiência na escola pública. Pensar a formação é, sobretudo, pensar na nossa formação enquanto indivíduo partícipe de uma determinada sociedade, ou seja, pensar também na formação histórica, social e cultural da sociedade em que vivemos. Dessa forma, respaldo-me na Teoria Crítica da Escola de Frankfurt com base, sobretudo, no pensamento de Adorno e Horkheimer para fundamentar teoricamente as minhas análises sobre esta pesquisa.

De acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001), contidas na Resolução nº 2/2001-CNE-CEB, é possível perceber a fragmentação da formação: de um lado, estão os professores da educação especial na educação básica, que poderão atuar em turmas comuns com alunos com e sem deficiência; de outro, encontram-se os professores da educação básica geral. No entanto, existe um movimento em prol da formação continuada para professores que não têm formação na área da educação especial. Porém, note-se que, em detrimento da formação geral de todo e qualquer professor, as políticas de formação de professores se mantêm segmentadas.

As diretrizes político-educacionais que vêm se consolidando, voltadas para a inclusão dos alunos com deficiência nas escolas públicas, são reformas educacionais que não são suficientes para promover a inclusão escolar, são medidas muitas vezes pontuais, específicas e paliativas. Os temas e as questões que envolvem a educação em geral e em especial de pessoas com deficiência não perpassam toda a comunidade escolar, não são transversalizadas

² Essas conferências resultaram, respectivamente, na *Declaração Mundial sobre Educação para Todos*, na *Declaração de Salamanca* e suas respectivas linhas de ação.

³ Foi nesse contexto que as políticas predominantes no Estado brasileiro, no que concerne às pessoas com deficiência, começaram a incorporar oficialmente outras propostas para o atendimento pedagógico desses indivíduos, distintas do modelo médico. Existem muitas barreiras que impedem o acesso e permanência de indivíduos com deficiência à escola pública hoje. O discurso da falta de estrutura escolar para receber esses alunos ainda está muito presente. Porém, esses limites e essas barreiras são sociais e não individuais. Os limites não são intrínsecos aos indivíduos, eles fazem parte de um processo histórico e cultural, portanto construídos socialmente.

nas propostas políticas do Ministério da Educação, são tratadas como se fossem de responsabilidade apenas dos profissionais da educação especial⁴.

A pesquisa, em andamento, está sendo desenvolvida em uma escola da Rede Municipal de Ensino do Rio de Janeiro, alocada na 2ª Coordenadoria Regional de Educação, localizada na Zona Norte. Na escola estudada estão sendo realizadas: entrevistas semi-estruturadas com os profissionais da escola e observação das relações entre professores e alunos.

Os resultados parciais obtidos revelam: contradições entre as propostas políticas e as relações e práticas sociais no interior da escola; que são feitas diferenciações arbitrárias entre os alunos com e sem “necessidades educacionais especiais”, ou seja, alguns alunos considerados “especiais” não recebem o mesmo atendimento pedagógico que os alunos considerados “normais”; a falta de autonomia de alguns professores para lidar com a diversidade dos mesmos; e a segregação na escola pública, já que a maioria, porém não todos, dos alunos com “necessidades educacionais especiais” continuam em turmas separadas, tendo apenas o recreio escolar como forma de socialização com os demais alunos da escola que freqüentam as classes regulares.

Palavras-chave: Políticas Públicas de formação de professores; Educação Inclusiva; Diversidade humana.

Referências:

ADORNO, T. *Educação e Emancipação*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional n.º 20, de 15/12/1998. 21 ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9394/96). 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp>, acessado em 05/06/2006.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. Secretaria de Educação Especial - MEC/SEESP, 2001.

MAZZOTTA, M. J. S. *Educação Especial no Brasil : história e políticas públicas*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

⁴ Podemos dizer que a separação entre a educação formal geral e a educação especial está presente no Brasil desde a década de 1950 com o surgimento dos primeiros atendimentos às pessoas com deficiência (Mazzotta, 2005).